



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGÜÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**GT3 Africanidades e Brasilidades em
Direitos humanos e políticas públicas**

**REPRESSÃO POLICIAL E RACISMO:
DESDE QUE O SAMBA É SAMBA, DE PAULO LINS**

Jamille Ghil¹

Jorge Nascimento²

Resumo: A partir das circunstâncias de repressão policial narrados no romance *Desde que o samba é samba*, de Paulo Lins, identificaremos como essa prática estava associada a um pensamento pautado na ideia de hierarquia social e cultural, vigente à época no Brasil. Como oposição à tentativa de disciplina imposta pela elite, destacaremos, a partir de dados da obra ficcional, o papel das casas de Candomblé como espaços de resistência de vital importância para o nascimento do Samba (e da Umbanda), construindo elos de convivência e solidariedade entre os negros.

Palavras-chave: Racismo; violência policial, samba, candomblé, Desde que o samba é samba.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Introdução

De acordo com o economista Marcelo Paixão (2014), durante os séculos XVI e XIX, o Brasil liderou, nas Américas, a importação de escravizados africanos como mercadoria. Citando o historiador norte-americano S. Behrendt (1999), estima, entre 1519 e 1867, uma quantia de 11.569 milhões de africanos transportados, dos quais 3.850.000 milhões tiveram o Brasil como destino. Por volta dos anos de 1880, 95% dessa população era composta de homens e mulheres livres que, inseridos em todas as camadas sociais, articulavam-se das mais variadas formas a fim de obter mais participação política na sociedade. Isso contribuiu para o crescimento de uma mobilização em prol da abolição do cativo, considerada por alguns estudiosos como o maior movimento “de desobediência civil já deflagrado na sociedade brasileira” (MÜLLER, Maria L. [et al.], p.22).

Sabemos que as formas de repressão contra as populações negras e mestiças e suas manifestações culturais, através da segregação e dos processos de estigmatização são contínuas e constantes, tomando feições específicas em determinados momentos históricos³. Sendo o tempo no qual o romance se desenvolve um tempo de transformações profundas no Brasil e, fundamentalmente, na então capital da República, ocorrerá que o atrito entre ideais modernizadores brancos e hegemônicos e as manifestações de sociabilidade, culturais e religiosas dos negros e mestiços, tidas como arcaicas e atrasadas, será uma constante. E se fará mais aparente nos conglomerados da urbanidade latente posterior à reforma Pereira Passos, a “pequena África” – com sua força ancestral latente e aparente - não poderia caber nos planos da instauração de uma cidade nos modelos da Paris *belle époque* que era pensada então.

³ Como exemplo poderíamos falar da repressão aos integrantes dos bailes *black*, nos subúrbio do Rio de Janeiro, nos anos 70, e aos bailes funk nos anos 90 até os dias de hoje. Sobre o primeiro caso, ilustramos: “quem não tinha o pente-garfo, realmente a rapaziada mais humilde da Zona Norte, improvisava o artefato com aros de bicicleta fixados a uma base de madeira (...)”, conta Dom Filó, “aquilo era um pretexto para os canas levarem os garotos pra delegacia com a justificativa de que portavam uma arma branca.”. (In: PEIXOTO, Luz Felipe L.; SEBADELHE, Zé Octávio. 1976 – Movimento Black Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.).



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

O candomblé e o samba

Nesse contexto, para nosso recorte analítico, desempenhavam fundamental importância as irmandades religiosas, lideradas majoritariamente por mulheres, na formação de organizações sociais, de espaços de convívio e solidariedade, representativos de um pequeno território negro (MÜLLER, Maria L. [et al.], p.20). É partindo de pesquisas históricas que Paulo Lins narra, em *Desde que o samba é samba*, o nascimento do Samba no Estácio e da Umbanda. Quase contemporâneas, essas práticas foram perseguidas pela polícia e se desenvolveram num mesmo espaço: as Casas de Candomblé. Se, por um lado, havia um movimento de criminalização dos costumes negros, por outro, como bem destaca Paulo Lins em entrevista ao jornal O Globo⁴, o samba e a Umbanda dignificaram o negro no Brasil porque, ao conquistarem o direito ao voto, os políticos se viram obrigados a negociar apoio com os líderes das comunidades negras, em sua maioria mães de santo e sambistas.

Desde que o samba é samba se passa entre os anos de 1928 e 1929, na Pequena África carioca, mais exatamente na “zona do cais até a Cidade Nova e tinha como capital a Praça Onze” (LINS, 2012, p.130). Dessa região “saíram músicos que fizeram apresentações no exterior, com músicas gravadas pelos maiores cantores da época” (LINS, 2012, p.130), em torno dos quais se formou uma agremiação responsável pela criação da primeira escola de samba, a *Deixa Falar*, cujo intuito era oferecer aos seus participantes a oportunidade de poder brincar com a família “sem ter que ficar recebendo pancada da polícia” (LINS, 2012, p.189). É a partir das evidências da violência policial que aparecem nesse romance que debateremos nas próximas linhas as formas de criminalização dos hábitos dos negros e mestiços pobres, ou seja, a permanência do racismo institucional, como proposta de disciplinar o comportamento desse contingente de pessoas, num sistema no qual a suspeição, a vigilância e a punição funcionam

⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/desde-que-samba-samba-novo-livro-de-paulo-lins-4512115>. Acesso em: 10 mai.2016



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGÜÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

como aparatos de submissão, segregação e criminalização de tais práticas. E tal movimento alia, nas formas repressivas, os componentes racial e de classe. Dessa forma, levantaremos questões sobre a relação entre o nascimento da Umbanda, do Samba e o uso da maconha como alvos de repressão no romance *Desde que o samba é samba*.

Batida policial

Assim que encheu o copo, uma viatura de polícia parou, um policial que já o havia prendido várias vezes o abordou.

- Bom, hoje é sábado, não posso te aplicar uma vadiagem, mas como sei que você é vadio costumaz, incorrigível, assaltante, ladrão, macumbeiro e sambista, vou te fazer uma revista.

Essa é uma cena de abordagem policial nos anos 20 do século passado, ficcionalizada por Paulo Lins, o personagem alvo da batida chama-se Brancura, sambista, bebedor e usuário de palmeirinha, como era conhecida a maconha (p.61). A ele somam-se outros dois personagens com os quais forma um triângulo amoroso, eixo central da narrativa: a prostituta Valdirene e Sodrê, funcionário do Banco do Brasil. Brancura seria punido por vadiagem, crime que somente em 2012, por meio do projeto de lei do ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, foi retirado da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei [3.688/41](#)). A punição era detenção de 15 dias a três meses a quem se “entregasse habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegurasse meios bastantes de subsistência, ou provesse a própria subsistência mediante ocupação ilícita”⁵. Mas era sábado, o policial faz a revista e acredita que os documentos sejam falsos. O sambista responde: “O senhor pode até me pegar num flagrante de novo, mas só vai ser pela música ou pela religião, o resto eu parei” (LINS, p. 76). Esse trecho nos revela a repressão aos negros, seja pela música, religião ou pelo resto, no caso, uma provável alusão à maconha. Não era

⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/423736-CAMARA-APROVA-FIM-DA-PENA-DE-PRISAO-PARA-VADIAGEM.html>. Acesso em: 10 jun. 2016



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

proibida, “mas por ser consumida só por gente pobre, a polícia dava em cima, dizia que era erva de macumbeiro, sambista, capoeirista e cafetão” (LINS, 2012, p. 50). “Se fumasse e a polícia viesse, eles aplicavam vadiagem”. Interessante notar que a religião e a música são postos como manifestações nocivas à sociedade, já que os aparatos policiais, a princípio, deveriam proteger a sociedade, ou seja, tais formas não seriam compatíveis com a moral e os bons costumes que deveriam ser impostos e normatizados. Então podemos dizer que estamos diante de um exemplo típico daquilo que Homi Bhabha trata como: “ a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas de hierarquização racial e cultural”. (BHABHA, 2007, p. 107). De acordo com Gilberto Freyre, a maconha foi trazida pelos negros ao Brasil e aqui cultivada como “planta meio mística para ser fumada em candomblés e xangôs, pelos babalorixás e pelos seus filhos” (*apud* SAAD, 2013, p.107). Um estudo intitulado *"Fumo de negro": a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)*, de Luiza Saad, revela também a criminalização do candomblé, da capoeira, da curanderia etc. Por meio de documentos, demonstra a relação entre a ideia de atraso do Brasil e a necessidade de modernizá-lo. Aponta que no próprio cânone da medicina legal estaria a ideia de que uma nação sob tanta influência negra seria condenada ao fracasso, caso não se tomasse as devidas providências. Por meio da ciência, buscava-se legitimar não apenas o poder da ideologia colonial, bem como promover a manutenção da hierarquia social. Nesse contexto,

As práticas e costumes negros, tão presentes em uma sociedade recém saída da escravidão, representavam empecilhos para o lema “ordem e progresso” pretendido pela elite política e intelectual. Assim como o candomblé e a capoeira, a maconha estava associada aos africanos e seus descendentes e seu uso, além de prejudicar a formação de uma República moralmente exemplar, poderia se disseminar entre as camadas ditas saudáveis – leia-se brancas – e arruinar de vez o projeto de uma nação civilizada (SAAD, 2013, p.05).



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILDIDADES: LITERATURAS E LINGÜÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Segundo Marilena Chauí, a sociedade brasileira, é marcada, em sua “gênese histórica, pela “cultura senhorial” e estamental que preza a fidalguia e o privilégio” (CHAUÍ, 2000, p. 92). E tal gênese vai ter repercussão nessa hierarquização, que se dá em todos níveis, sendo os negros e mestiços pobres as categorias que devem estar sempre à disposição dos caprichos e privilégios dessa pseudo-fidalguia, daí que a culpabilização e transformação discursiva dos pobres em “classes Perigosas” vai ter no terreno da cultura um ambiente propenso a essa batalha tão desigual entre os aparatos do poder, como polícias e religiões dominantes, e o povo pobre e segundo a filósofa, dessa maneira: nossa formação social vem “ repetindo indefinidamente o padrão de comportamento e ação que operava, desde a Colônia, para a desclassificação dos homens livres pobres” (idem). Isso deixa claro que não bastou apenas o fim do regime escravista como garantia da livre expressão e dignidade humana. Os séculos XIX e XX foram marcados pelas ideias de hierarquização social pautados nas chamadas “teorias do racismo científico (que os autores mais recentes preferem chamar de racialismo) e do determinismo biológico, já bastante consolidadas na Europa” e que ganhavam terreno no Brasil (SAAD, 2013, p.52). Segundo elas, os negros estariam nos patamares inferiores de modo que, no dia a dia, “e não na legislação, a cor da pele ou o fenótipo poderia impedir os afro-descendentes de alcançar ou permanecer na escola ou em trabalhos de maior prestígio social, por exemplo” (MÜLLER, Maria L. [et al.], p.23).

Bate tambor

Pilares era o lugar de vários terreiros de Candomblé, que, assim como a Umbanda, abrigava o samba depois que a polícia parou um pouco de perturbar as religiões de matriz africana. Eles não sabiam direito o que era samba e o que era de fato Umbanda, Candomblé, jongo, maxixe, não sabiam de nada. Não gostavam mesmo era de ver a crioula reunida cantando, sambando ou fazendo oração. Tinham raiva da cor da pele, do jeito de ser e estar daqueles herdeiros da escravidão (LINS, p.218 – 219).



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Considerando a relação entre o espaço da narrativa e os nascimentos do samba e da umbanda, percebemos no romance esse encontro como uma representação de resistência frente ao ideal de um Brasil higienizado e fértil ao surgimento de uma ‘nova raça’ melhorada capaz de garantir o sucesso do país” (SAAD, 2013, p.52), como apregoavam os médicos brasileiros sob influência europeia. A conquista da licença das casas de candomblé, por Nicanor do Nascimento, teria dado lugar “ao samba de sambar do Estácio de Sá” (LINS, 2012, p. 259), de modo a simbolizar o que o antropólogo Livio Sansone (*apud* PAIXÃO, 2014) denominou de áreas *moles*. Para Lívio, o modelo de relações entre pessoas de cores diferentes no Brasil estaria baseado em termos binários, as chamadas áreas *moles* e *duras*. As primeiras seriam aquelas em que ser negro seria uma desvantagem, como por exemplo “o mercado de trabalho (a procura de emprego e o mundo profissional), o mercado matrimonial e da paquera e os contatos com a polícia” (PAIXÃO, 2014, p.265). A segunda, por sua vez, seriam todos os espaços em que ser negro ou “portador de marcas intensivamente negras, seria ou diferente ou mesmo um fator de vantagem”, quais sejam: “o bloco afro, o terreiro de candomblé e a capoeira”. Destaca também os espaços indiferenciados, onde estariam incluídas “as áreas de lazer em geral, a torcida no jogo de futebol, a seresta, o grupo de amizades, os espaços religiosos (católicos e protestantes) (PAIXÃO, 2014,p.265). Sendo, então, as casas de candomblé áreas *moles*, as mulheres negras exerceram aí papel fundamental de articuladoras, como se observa no trecho onde é narrado o surgimento do novo agrupamento carnavalesco, o Deixa Falar, quando o personagem Silva solicita que as mães de santo sejam representadas de uma forma viva, pois

Eram elas que faziam a festa, faziam nossos pratos, nos ensinavam os segredos do Candomblé, abriam os terreiros para a umbanda e o samba se desenvolverem. As mães de santo que vieram da Bahia e as nascidas aqui teriam que sair vestidas de baiana no bloco, com as mesmas roupas com que vendiam seus doces, seus mingaus, seus quitutes nas



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

ruas do Centro da cidade. Queria as mães de santo no bloco da mesma forma que se vestiam nos terreiros (LINS,2012, p. 196).

Mas, embora aos poucos ganhassem alguma liberdade de culto, as religiões de matriz africana e seu *modus vivendi* não eram incompatíveis somente com a ciência, pois era vista como prática da curanderia, mas também com o cristianismo secular. Se “os batuques exaltavam a resistência dos negros e os terreiros de candomblé, mais que espaços de preservação de tradições, eram territórios de criação e redefinição de símbolos” (SAAD, 2013, p. 115), por outra parte, os discursos e práticas da modernização queriam extirpar tais práticas do corpo da cidade, ou seja, os processos de higienização e assepsia social pressupunham a naturalização hierárquica da diferença, é dizer, da superioridade de formas culturais provindas da colônia e estabelecidas no Brasil. A resposta disciplinar à diferença cultural-religiosa viria, dentro outras maneiras, através da violência policial, e tal formulação está representada no romance, por exemplo, quando “*Até a turma do maxixe já tinha levado pitomba dos homens da lei por causa de pandeiro e violão. Bastava ser negro e portar um instrumento, que eles vinham com intolerância*”. Nessa mesma passagem do livro, é narrada a ida dos negros à festa da Penha⁶. João [da Baiana] ia com a turma, vestido de terno branco. “Tratou de embrulhar o pandeiro em papel grosso para despistar os vermes até a chegada nas escadarias da Igreja da Penha, onde acontecia a maior festa do mundo” (LINS, 2012, p. 219). Alfredo, Santos, Barbosa, João, Caninha e outros músicos se aproximaram de “Tia Almeida, a família dela, filhas de santo, amigos e admiradores” que também participariam dos festejos. Não tardou e já estavam cantando e dançando de alegria, “quando chegou a polícia dizendo que

⁶ Tal episódio foi narrado pelo próprio compositor, e consta no Dicionário Cravo Albin: Em 1908, quando se apresentava na tradicional Festa da Penha, teve seu pandeiro apreendido pela polícia. O senador Pinheiro Machado, que era seu admirador e que frequentemente promovia festas em "seu" palácio no Morro da Graça, o convidou para uma dessas festas e como ele não apareceu, quis saber o porquê. Ao saber que o instrumentista tivera seu pandeiro apreendido, resolveu presentear-lo com um novo pandeiro, que trazia a seguinte inscrição: "Com a minha admiração, ao João da Baiana - Pinheiro Machado". Com essa dedicatória do senador, pode voltar por diversas vezes à Festa da Penha, como integrante do Grupo do Malaquias, sem que a polícia fosse atormentá-lo. (Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/joao-da-bahiana/biografia>. Acesso em: 11/11/2016)



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILDIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

não podiam tocar música de macumba na festa de Nossa Senhora da Penha. Macumbeiro é macumbeiro. Católico é católico. Sambista é sambista. Cada um em seu lugar” (LINS, 2012, p. 220). A história vai se desenrolando, os músicos tocam vários ritmos para descobrir quais eram proibidos pelo delegado e quais eram permitidos. No que ficam sabendo que “o delegado proibiu Candomblé, Umbanda, samba e só não proibiu o maxixe porque esqueceu de falar” (LINS, 2012, p.224). Também não poderia ter instrumento de couro, nem violão, mas como era festa de santa este último seria uma exceção. Porém, não tolerariam instrumentos de crioulo porque quando um pandeiro toca, o “pessoal começa a rebolar, colocar umbigo com umbigo, essas mulatas ficam remexendo a bunda, dando cruzada de perna. Aí chega esse pessoal do berimbau e dana a jogar capoeira” (LINS, 2012, 225). Pronto, estava formada a quizumba. A história termina com o pandeiro quebrado e os músicos impedidos de pagar a promessa à maneira deles. Ao recriar fatos “históricos” por intermédio da ficção literária, Paulo Lins, de maneira irônica, também subverte a hierarquia do poder representado pelos ignorantes agentes policiais, que desconheciam as especificidades de ritmos que estavam surgindo e se amalgamando à época. Vejamos o diálogo dos músicos com policiais:

Logo já estavam cantando, dançando na alegria que as festas religiosas sempre proporcionam, quando chegou a polícia dizendo que não podiam tocar música de macumba na festa de Nossa Senhora da Penha. Macumbeiro e macumbeiro. Católico é católico. Sambista é sambista. Cada um no seu lugar.

- Mas isso não é macumba.
- Então é de Candomblé?
- Também não é Candomblé. Isso é maxixe!
- Maxixe, o que é maxixe?
- É isso aqui, ó.

Tocaram o maxixe.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILDIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

- Não, não pode, não! Isso deve ser a música do samba. Esse tipo de música o delegado também proibiu. Samba é música do demônio, e também não pode. Música de fazer magia negra.
- Magia negra é a bunda da minha mulher!
- O que que foi?
- Nada, não. Esquece. (p. 220-221)

Além do efeito cômico (e irônico) do jogo de perguntas e respostas na qual quem pergunta – e tem autoridade – ignora as nuances rítmicas que os músicos tão bem conhecem e produzem, nota-se a ironia do fim do diálogo acima transcrito, com a frase “Magia negra é a bunda da minha mulher”, assim o atributo físico da mulher, visto como positivo, se equipara à “magia negra”, tida como prática negativa e proibida por parte das autoridades policiais. Também notamos a linha intertextual com o poema “Magia negra”, de Sérgio Vaz, na qual o fundador da COOPERIFA enumera várias pessoas e fatos como magia negra: “Magia negra era o Pelé jogando, Cartola compondo, Milton cantando. Magia negra é o poema de Castro Alves, o samba de Jovelina...”, para ao final concluir: “Magia negra é magia que não acaba mais. É isso e mais um monte de coisa que é magia negra. O resto é feitiço racista”. Então, tanto para o Poeta como para o personagem de Lins, a expressão “Magia negra” denota positividade, ou seja, “magia” seria o que o dicionário Houaiss explicita como sentido figurado: “efeito que parece sobrenatural, irracional, pela força do sentimento, do prazer, da satisfação que proporciona; fascínio; sedução”. Ou seja, tanto os atributos físicos da mulher como os ritmos são mágicos e trazem, através da sensualidade dos corpos, o sentimento do prazer, ou seja, esses corpos deixarão de ser os corpos violentamente docilizados pela escravidão, são corpos que almejam a liberdade, dançantes, ritmados, em religião com ancestralidades perdidas, corpos que resistem através da alegria em movimento, é o corpo estético, como expressão e criação, ou seja, Magia Negra.

Considerações finais



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGÜÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Procuramos, no espaço limitado deste trabalho, evidenciar em alguns trechos as marcas da repressão policial no romance *Desde que o samba é samba*, de Paulo Lins, contextualizado nas primeiras décadas pós-abolição. Percebemos que essa prática era fruto de um pensamento que criminalizava a religiosidade e hábitos dos negros e afro-descendentes a fim de realizar um projeto utópico de Brasil moderno, limpo e disciplinado de onde nasceria uma raça melhorada. Na contramão disso, desempenharam fundamental importância como espaço de resistência dos negros as irmandades religiosas e, sobretudo, suas mães de santo. Dessa forma, pensamos que houve – e há – formas de resistência que, através da religiosidade e de outras manifestações culturais, que podemos aglutinar aqui como “samba”, buscaram sempre se posicionar diante da sacralização do cristianismo e posicionando-se à margem ou nas regiões fronteiriças das manifestações das “culturas oficiais”, essas sendo as herdeiras bastardas do colonialismo secular que se metamorfoseia através dos tempos.

Referências bibliográficas

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LINS, Paulo. **Desde que o samba é samba**. São Paulo: Planeta, 2012.
- MÜLLER, Maria L. [et al.]. Imaginário social e preconceito. In: **Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/2003**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e o projeto de Estado-nação**. Curitiba: CRV, 2014.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

PEIXOTO, Luz Felipe L.; SEBADELHE, Zé Octávio. **1976 – Movimento Black Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

SAAD, Luíza Gonçalves. **Fumo de negro: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890 – 1932)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, p. 11 – 51.